

ÁREA TEMÁTICA: Organização do Terceiro Setor.

TÍTULO: Práticas contábeis nas entidades voluntárias do terceiro setor: um estudo das associações de moradores do município de Gaspar.

AUTORES

MAURÉLIO SOARES

Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

maurelios@al.furb.br

JORGE EDUARDO SCARPIN

Universidade Regional de Blumenau - FURB

jorgescarpin@furb.br

RESUMO

Na busca pela interpretação e reflexão das organizações da sociedade civil organizada, encontra-se uma redefinição dos modelos de intervenção estatal. Mais do que um conceito científico ou acadêmico, o Terceiro Setor é um espaço que mobiliza reflexão, reivindicação, recursos e principalmente ação, que consolidam e expandem a cidadania democrática. O presente estudo visa identificar a estrutura e as práticas contábeis utilizadas pelas Associações de Moradores. Para atingir o objetivo foi efetuada uma pesquisa semi-estruturada aplicada aos representantes legais destas organizações existentes no Município de Gaspar. Os resultados indicam que essas entidades buscam promover mudanças na qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade em geral, agindo com características voltadas ao solidarismo e ao voluntarismo, com ênfase no interesse do atendimento das suas necessidades sociais juntos ao Primeiro Setor, porém, não se utilizam das boas práticas de contabilidade. O aperfeiçoamento destas organizações é fundamental para o desenvolvimento do terceiro setor a fim de que se tornem aptas a se relacionarem com as instituições públicas, privadas e com a sociedade civil, visando prover com bens de efetivo valor à sociedade, conciliar sua autonomia com a mobilização de recursos e fazer frente aos problemas públicos.

Palavras-chave: Administração do Terceiro Setor. Sociedade Civil Organizada. Entidades Voluntárias.

ABSTRACT

In the search for interpretation and discussion of organized civil society, there is a redefinition of the models of state intervention. More than an academic or scientific concept, the Third Sector is an area that attracts debate, demand, resources and mainly action, that consolidate and expand the democratic citizenship. The present study aims to identify the structure and the accounting practices used by Residents' Associations. To achieve the goal was conducted a search semi-structured applied to the legal representatives of these organizations in the city of Gaspar. The results indicate that these entities seek to promote changes in quality of life of individuals and society in general, acting with features aimed to the solidarity and voluntarism, with emphasis on the interests of the care of their social needs together to the First Sector, but, they do not use the good accounting practices. The improvement of these organizations is essential to the development to the Third Sector in order to become able to

relate to public institutions, private and civil society, aiming to provide with goods of effective value to the society, to reconcile their autonomy with the mobilization of resources and to deal with the public problems.

Keywords: Management of the Third Sector. Organized Civil Society. Voluntary Entities.

PRÁTICAS CONTÁBEIS NAS ENTIDADES VOLUNTÁRIAS DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO MUNICÍPIO DE GASPAR

RESUMO

Na busca pela interpretação e reflexão das organizações da sociedade civil organizada, encontra-se uma redefinição dos modelos de intervenção estatal. Mais do que um conceito científico ou acadêmico, o Terceiro Setor é um espaço que mobiliza reflexão, reivindicação, recursos e principalmente ação, que consolidam e expandem a cidadania democrática. O presente estudo visa identificar a estrutura e as práticas contábeis utilizadas pelas Associações de Moradores. Para atingir o objetivo foi efetuada uma pesquisa semi-estruturada aplicada aos representantes legais destas organizações existentes no Município de Gaspar. Os resultados indicam que essas entidades buscam promover mudanças na qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade em geral, agindo com características voltadas ao solidarismo e ao voluntarismo, com ênfase no interesse do atendimento das suas necessidades sociais juntos ao Primeiro Setor, porém, não se utilizam das boas práticas de contabilidade. O aperfeiçoamento destas organizações é fundamental para o desenvolvimento do terceiro setor a fim de que se tornem aptas a se relacionarem com as instituições públicas, privadas e com a sociedade civil, visando prover com bens de efetivo valor à sociedade, conciliar sua autonomia com a mobilização de recursos e fazer frente aos problemas públicos.

Palavras-chave: Administração do Terceiro Setor. Sociedade Civil Organizada. Entidades Voluntárias.

1 INTRODUÇÃO

A diminuição do Estado ocorrida a partir da década de 90, quando se instalou o modelo gerencial na Administração Pública, proporcionou o surgimento e o fortalecimento das associações políticas voluntárias que buscam o desenvolvimento e a defesa social no *lócus* em que vivem assumindo um papel relevante na participação democrática da sociedade civil organizada junto ao governo e entidades privadas.

A função social das entidades do Terceiro Setor é desempenhada em ambientes, aparentemente, menos desenvolvidos economicamente. A área de estudos deste setor é considerada como um novo campo de conhecimento no Brasil e no resto do mundo.

Entre várias expressões utilizadas, o termo Terceiro Setor encontra maior aceitação ao designar um conjunto de iniciativas nascidas na sociedade, voltadas à produção de bens públicos, como por exemplo, os movimentos de conscientização dos direitos da cidadania, a prevenção de doenças transmissíveis ou a organização de atividades comunitárias e desportivas. Apesar de prevalecer uma tendência nacional, a expressão divide o espaço com uma dezena de outros: não-governamental, filantrópicas, sociedade civil, sem fins lucrativos, independentes, solidárias, sociais, de base, caridosas, associativas etc (FERNANDES, 1994).

O surgimento do Terceiro Setor representa uma mudança de orientação inédita e profunda no Brasil no que tange ao papel do Estado (Primeiro Setor) e do Mercado (Segundo Setor) e, em especial, à forma de participação dos cidadãos na esfera pública. Esse fato tem levado à crescente aceitação da expansão do conceito de Público como não sendo sinônimo único de Estatal, isto é, público não-estatal.

O fortalecimento da democracia pela articulação entre o Poder Público e a Sociedade Civil, criando capacidade técnica, financeira e gerencial, estabelece mecanismos de diálogo e comunicação, procurando alcançar eficiência e transparência. Este entendimento é corroborado por Dropa (2003, p. 1), ao afirmar que:

Vivemos um momento sem precedentes, em que se tenta transformar o Estado num instrumento eficiente para o exercício e realização da cidadania, bem como de confirmar um modelo de Administração Pública Gerencial em substituição ao antigo modelo burocrático para criar a conscientização de que o objetivo do Estado deve ser sempre o cidadão, oferecendo-lhe pleno controle sobre os resultados das ações da máquina.

Assim, a responsabilidade social no seu significado mais amplo, inclui a capacidade do Poder Público atender às demandas da sociedade civil organizada otimizando o cumprimento da vontade popular.

As associações de moradores se apresentam como entidades que representam os interesses coletivos da região geográfica em que estão localizadas, buscando no primeiro setor o atendimento das suas necessidades sociais, objetivando uma melhoria na qualidade de vida.

Estas entidades são compostas por cidadãos que tem interesses comuns, que possuem boa vontade e pretendem diminuir as diferenças sociais no ambiente em que vivem, mas, no cotidiano, se estruturam de forma a contribuir da melhor maneira possível à comunidade que representam.

Apesar de não existir uma legislação específica que estabeleça regras de controle, orientação e fiscalização das ações que envolvam recursos econômicos destas entidades, a adoção de práticas contábeis, como por exemplo, o cumprimento de obrigações acessórias legais, a escrituração contábil e a divulgação de relatórios financeiros, tornam-se imprescindíveis para estas organizações, levando-se em conta que nestas instituições o *accountability* deve estar presente com mais ênfase.

Contribuindo com este entendimento, Iudícibus (1997, p. 92) descreve que:

[...] o uso da contabilidade a uma entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio das entidades e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

Partindo desta constatação estabeleceu-se a seguinte questão-problema: *Diante das estruturas organizacionais existentes, quais as práticas contábeis utilizadas pelas Associações de Moradores?*

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo identificar a estrutura e as práticas contábeis utilizadas pelas Associações de Moradores.

A pesquisa justifica-se, inicialmente, pela relevância que o papel do Terceiro Setor possui no mundo contemporâneo, especialmente nas relações entre o Estado, o Mercado e a Sociedade.

Outro fato refere-se à importância em revelar a forma de gestão destas entidades, possibilitando identificar se estas atendem aos objetivos a que se destinam, em especial, a forma de registro e de evidenciação de seus fatos contábeis.

O estudo está estruturado em cinco capítulos, iniciando-se pela presente introdução que aborda as linhas gerais do tema, bem como o objetivo, a justificativa e as questões principais que permeiam a pesquisa. No segundo capítulo faz-se uma incursão teórica realizada por meio de consultas à literatura a cerca do tema, principalmente livros, sites e

artigos, em que se discorre sobre o terceiro setor, a sociedade civil e as organizações comunitárias, a sustentabilidade e a contabilidade no terceiro setor.

No terceiro capítulo descrevem-se os métodos utilizados na pesquisa, a qual foi aplicada nas associações de moradores de Gaspar, município da localidade no médio Vale do Itajaí. Na seqüência faz-se a apresentação e análise dos dados obtidos na pesquisa, e finalmente, no quinto e último capítulo, expõe-se as conclusões e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O TERCEIRO SETOR

A expressão terceiro setor abriga uma diversidade de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, tais como entidades filantrópicas, fundações, associações de bairro etc. Estas organizações surgiram em resposta à ineficiência do Estado em relação à sociedade, com o papel de diminuir as diferenças sociais e promover o desenvolvimento.

O termo terceiro setor surgiu na primeira metade do século passado nos Estados Unidos, com uma visão social para as organizações sem fins lucrativos, em que estas entidades estariam proibidas de assim ser consideradas caso realizassem qualquer tipo de divisão de lucros entre seus diretores (MELO, 2008).

No Brasil, uma explosão sobre o tema surgiu na década de 70 com as Organizações Não Governamentais – ONGS - criadas em prol dos movimentos de defesa do meio ambiente, defesa das minorias etc (PEREZ e JUNQUEIRA, 2002).

Em 1995, com a reforma do aparelho administrativo do Estado, iniciou-se uma nova fase da história das entidades em fins lucrativos no país. O grande marco legal do terceiro setor foi a criação da Lei 9.790/99, a qual introduziu importantes concepções, dentre as quais destacam-se: os novos critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos de caráter público, as novas possibilidades no sistema de articulação entre as instituições do primeiro e segundo setor, e a possibilidade de remunerar os dirigentes das instituições sem fins lucrativos (BNDES, 2001).

Desde então, pode-se perceber nitidamente que o terceiro setor é composto por cinco categorias: Organizações Sociais, Fundações Privadas, Organizações Não-Governamentais, Organizações Filantrópicas, Beneficentes e de Caridade, e por fim, as Associações.

Reforçando o presente estudo, Rodrigues (1998, p.37) nos descreve a seguinte definição da categoria Associações:

São organizações baseadas em contatos estabelecidos livremente entre os indivíduos para exercerem atividades comuns ou defenderem interesses comuns ou mútuos. Estão voltadas para seus membros, compreendendo uma grande variedade de objetivos e atividades, tais como recreativas, esportivas, culturais, artísticas, **comunitárias** e profissionais. [grifo nosso]

Importante destacar ainda, que no Brasil a denominação terceiro setor é utilizada para identificar quais são as atividades da sociedade civil que não se enquadram no grupo de atividades estatais/administração pública, ou primeiro setor, e as atividades de mercado com finalidade lucrativa conhecidas como segundo setor.

Neste propósito, Hudson (1999, p.11) acrescenta que:

O traço comum que une todas essas organizações é que são orientadas por valores: são criadas e mantidas por pessoas que acreditam que mudanças são necessárias e que desejam elas mesmas tomar providências nesse sentido. [...] Ao contrário de organizações do setor privado, não distribuem lucros a seus proprietários e, diferente

das organizações do setor público, não estão sujeitas a controle político direto. Essas organizações têm independência para determinar seu próprio futuro.

Olak e Nascimento (2007, p.6) identificam como fundamentais e específicas as seguintes características das entidades sem fins lucrativos:

- o lucro não é a sua razão de ser, mas um meio necessário para garantir a continuidade e o cumprimento de seus propósitos institucionais;
- seus propósitos institucionais, quaisquer que sejam suas preocupações específicas, objetivam provocar mudanças sociais;
- o patrimônio pertence à sociedade como um todo ou segmento dela, não cabendo aos seus membros ou mantenedores quaisquer parcelas de participação econômica no mesmo;
- as contribuições, doações e subvenções constituem-se, normalmente, nas principais fontes de recursos financeiros, econômicos e materiais dessas entidades.

Dessa forma, o terceiro setor é o ambiente ocupado por um conjunto de entidades privadas sem finalidade lucrativa, que realizam atividades complementares às públicas e buscam contribuir na solução de problemas sociais.

2.2 A SOCIEDADE CIVIL E AS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

As ações do terceiro setor são desenvolvidas no âmbito da sociedade civil. Diferentemente da implantação de políticas governamentais, que são iniciadas na estrutura burocrática estatal, as entidades da sociedade civil são reconhecidas pela agilidade e flexibilidade com que conseguem se mobilizar para intervir e atuar de forma positiva em situações adversas na comunidade.

Segundo o marxista italiano Gramsci (2002), sociedade civil é conceituada como o ambiente em que se manifesta a organização e representação dos interesses dos diferentes grupos sociais (associações e organizações, partidos, sindicatos etc), esfera da elaboração ou difusão da cultura, dos valores e ideologias (atividades culturais, meios de comunicação etc), que tornam ou não conscientes as contradições e os conflitos e sociais.

A sociedade civil apresenta-se como uma das esferas sociais em que as classes se organizam e passam a defender seus interesses, em que se desenvolve o embate pela construção de projetos homogêneos do grupo que pertencem.

Coutinho (1992) reforça que a sociedade civil expressa a articulação dos interesses das classes pela inserção econômica, mas também pelas complexas mediações ideopolíticas e socioconstitucional.

Outra constatação importante a relatar é trazida por Habermas (1990, p.110):

A sociedade civil – como base social de esferas públicas autônomas, pois se distingue tanto do sistema econômico como da administração pública – compõe-se de diferentes movimentos, associações e organizações voluntárias especializadas na geração e propagação de convicções, em descobrir temas de relevância para o conjunto da sociedade, em interpretar valores, produzir bons fundamentos, desqualificar outros.

Dessa forma, o papel dessa base social que compõe a sociedade civil é o de captar os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensá-los e transmiti-los para a esfera pública política.

Corroborando a este entendimento, Paoli e Telles (2000, p.115) afirmam que “a sociedade civil é, assim, a esfera em que se desenvolve uma articulação entre práticas

associativas, o universo dos direitos e espaços democráticos de representação e interlocução pública”.

Neste sentido, a sociedade civil torna-se o campo de disputa dos diferentes e múltiplos interesses sociais pelo reconhecimento social e político de suas demandas.

Segundo Duriguetto (2001), para a transformação ideológica da sociedade civil em terceiro setor, exige-se que suas ações, movimentos e organizações tenham, para além da luta pela igualdade, a luta para fazer avançar as conquistas democrático-populares pela defesa e ampliação dos direitos sociais.

Visando o esclarecimento deste estudo, torna-se importante conceituar o termo instituições comunitárias, que de acordo com Vannucchi (2004) são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos; portanto, poder-se-ia dizer, a priori, que se enquadram no Terceiro Setor, pois este compreende justamente essas espécies que se destinam a atuar no âmbito da sociedade civil. O termo comunitário identifica uma abrangência em relação ao que possa contê-la, visualizada em algo que é coletivo em algo que é de todos.

Schmidt e Campis (2009) contribuem com o tema afirmando que a criação destas instituições deve-se ao espírito associativo presente em certas regiões do país, como no Sul do Brasil, particularmente nas zonas de imigração italiana e alemã do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem antes de surgirem as grandes instituições, houve décadas de experimentos comunitários tais como: corais, escolas, igrejas, cooperativas, clubes esportivos, associações, entre outros.

Sendo assim, as associações de moradores apresentam-se como um movimento presente na esfera da sociedade civil, estando voltados para a defesa do interesse público em busca do bem comum por meio da representação, reivindicação, negociação e entendimento.

2.3 SUSTENTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR

Sustentabilidade é um termo que se apresenta com muitos significados, mas é tratado neste estudo como a capacidade de captar recursos financeiros, humanos e materiais, de maneira satisfatória e continuada, e utilizá-los com competência buscando perpetuar a entidade para que essa possa alcançar os seus objetivos.

Todos os segmentos do terceiro setor tendem a sofrer uma crise de sustentabilidade: a garantia de recursos continuados, se um dia houve, pertence ao passado. Isto vale, indistintamente, para as organizações que captam seus recursos financeiros no Estado, de pessoas físicas e de empresas privadas (BARBOZA, 2002).

De acordo com Falconer (1999), uma das competências mais importantes para o gestor do terceiro setor é a capacidade de conhecer e desenvolver todas as possibilidades disponíveis de obtenção de recursos, de maneira a tê-los em volume suficiente, de forma continuada e sem gerar dependência ou subordinação a nenhuma fonte individual de financiamento.

Ainda segundo o mesmo autor, estas fontes podem ser filantrópicas ou comerciais, grandes ou pequenas, de curto ou de longo prazo. Cada qual tem o seu potencial, suas limitações e seus caminhos mais eficientes para sua obtenção. A sustentabilidade financeira se atinge através da combinação habilidosa destas fontes.

Nesse sentido, da mesma forma com que são tratados os recursos humanos, os recursos financeiros de uma entidade do terceiro setor devem ser identificados, formados, estimulados e mantidos com competência.

Conforme descrevem Cruz e Estraviz (2003), a boa gestão da organização dos recursos doados, a transparência, a sustentabilidade e as parcerias com compatibilidade de interesse, são fatores decisivos para o sucesso do plano de ação na obtenção de recursos, de forma a mostrar os resultados alcançados por meio de uma contabilidade minimamente organizada, favorecendo a divulgação de informações detalhadas à comunidade, fortalecendo a causa e a própria instituição.

O desafio da sustentabilidade, além do levantamento e da aplicação adequada de recursos financeiros, implica investimento no desenvolvimento das pessoas que fazem parte da organização, melhorando a qualidade dos serviços e adequando-os às necessidades das comunidades.

Na medida em que o terceiro setor se torna mais visível e mais competitivo, o recrutamento e o gerenciamento de pessoas, inclusive de voluntários, passam a se pautar por critérios semelhantes aos aplicados por organizações empresariais. Mais ainda, o trabalho voluntário compete na atenção das pessoas com as opções de lazer, com a convivência em família e até com o ócio (FALCONER, 1999).

Assim sendo, a sustentabilidade não se limita à disposição de captar recursos que a organização necessita, mas, ao seu devido emprego, de modo a maximizar os resultados alcançados e garantir que a organização contará com o apoio do seu público.

2.4 A CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR

O foco de ação contábil no Terceiro Setor está em tornar clara a origem dos recursos e sua destinação, uma vez que quaisquer que sejam suas fontes – privadas ou públicas – os fins serão públicos. Essas entidades administram recursos das mais variadas fontes, prestando serviços de diversas naturezas, tendo seus gestores que utilizar ferramentas de gestão adaptadas a essa realidade.

Os gestores deverão buscar a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos no sentido da obtenção de resultados positivos como forma de determinar a manutenção dos negócios da organização e o cumprimento de sua missão (ARAÚJO, 2006).

Segundo Santos e Silva (2008), a adoção da prática contábil visa à transformação, de forma inigualável, de dados em informações que serão interpretadas pelos seus usuários de maneira a favorecer a melhor tomada de decisão baseada na análise dos relatórios apresentados.

Dessa forma, a Contabilidade torna-se um aparelho direcionador das ações diárias da organização orientando a correta condução de recursos às atividades, fator imprescindível diante da escassez de recursos financeiros, o que é altamente favorável à obtenção de resultados satisfatórios.

Vilanova (2004, p.10) reforça a contribuição que a contabilidade pode oferecer para que haja as devidas mudanças no processo de transparência dessas instituições: "a possibilidade da contabilidade gerar informações que contribuam para uma adequada avaliação do resultado e do desempenho dessas organizações".

Os grandes interesses a serem protegidos são os da sociedade em geral, daquele que investiu no seu projeto, ou do consumidor que adquire produtos/serviços de empresas financiadoras de projetos sociais. Hoje, as maiores empresas atuantes no Brasil investem no terceiro setor. Essas organizações são constituídas com missão e valores voltados para o bem

comum e representam um universo organizado apto a desenvolver ações sociais (BENÍCIO, 2005).

Esse sucesso pode ser medido pela divulgação das informações contábeis, não na perspectiva de uma exigência legal, mas no princípio de transparência que será vital à sua sobrevivência.

A adoção de prática contábil com o desenho de um sistema financeiro no qual a Contabilidade é parte principal, ocupando o mesmo grau de importância que o planejamento de uma atividade; e pela elaboração de orçamento factível, com a relação clara das necessidades e das possibilidades, servindo como orientador quando os recursos estiverem disponíveis, favorecendo uma gestão eficaz, agrupando as despesas por centros de custos, tornando a informação mais clara e organizada (SANTOS e SILVA, 2008).

A produção de resultados efetivos, aceitando a avaliação por qualidade de serviços e adaptando-se a essa nova realidade com o uso de um controle financeiro, jurídico e tributário, são competências a serem desenvolvidas pelas organizações sem fins lucrativos.

É nesse aspecto que a Contabilidade vem desempenhar importante papel no auxílio à decisão, proporcionando a análise de informações pertinentes ao desenvolvimento dos projetos e revelando tendências e relações de causa e efeito.

Importante destacar ainda que, uma vez constituídas, as entidades sem fins lucrativos, nesse estudo as Associações de Moradores, terão obrigações gerais a cumprir junto aos entes públicos, independentemente da sua forma jurídica, ressaltando-se os deveres específicos das fundações junto ao Ministério Público (OLAK e NASCIMENTO, 2007).

As principais obrigações acessórias que as entidades sem fins lucrativos estão sujeitas, observada a respectiva legislação, incidem junto ao Ministério da Fazenda (Secretaria da Receita Federal – SRF) e ao Ministério do Trabalho e Emprego. Além de cumprir essas obrigações legais, especialmente a tributária, destaca-se nesse contexto a importância do papel social da contabilidade em executar, planejar e dispor de um sistema de informações para essas organizações.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa é do tipo descritivo, em que por meio de *survey*, buscou-se interrogar os presidentes das associações de moradores, por meio de entrevistas por telefone, e-mail e de forma pessoal.

Quanto à tipologia da pesquisa, esta se caracteriza por quantitativa quando se busca descobrir a relação entre determinadas variáveis que afetam os procedimentos dos grupos estudados, bem como a relação entre a causa dos fenômenos estudados.

Segundo Raupp e Beuren (2006), os pesquisadores utilizam a pesquisa quantitativa em estudos de levantamento ou *survey*, numa tentativa de entender por meio de uma amostra o comportamento de uma população.

Foi utilizado o instrumento de coleta de conteúdos do tipo questionário estruturado, aplicado numa amostra de 14 associações de moradores, de um universo de 22 entidades desta natureza instituídas no município, sendo que pesquisa foi realizada nos meses de fevereiro a abril de 2009. Optou-se por esta amostra porque as diretorias que compõem cada entidade estão no curso de mandato por um período de 12 a 24 meses, possibilitando uma equidade no conjunto de respostas da pesquisa.

Para Marconi e Lakatos (2002), utiliza-se de entrevista estruturada quando se pretende obter do entrevistado respostas às mesmas perguntas possibilitando comparações das respostas.

Buscando atingir o objetivo deste estudo, a composição da pesquisa de campo ficou estruturada em quatro etapas (estrutura da entidade, forma de atuação, sustentabilidade, aspectos contábeis), em que cada entrevistado respondeu objetivamente a cada questão formulada.

A limitação da pesquisa está no fato em não poder se estender o resultado da amostra a todo universo existente, bem como a outras entidades de caráter solidário, comunitário e voluntariado.

3.2 ASPECTOS CULTURAIS E ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO PESQUISADO

Para melhor compreender o município pesquisado, é importante destacar alguns fatos influenciaram a formação cultural do seu povo;

Segundo Baptista (1998, p.11) o território catarinense foi ocupada por grupos humanos a partir de 5.500 a.C., e, posteriormente contando com a população de índios carijós. Porém, neste território indígena começaram a chegar novos habitantes: o homem branco, o colonizador e a história do nosso Estado apontam que estes brancos, os primeiros a chegar, estabeleceram-se nas terras do Itajaí-Açú.

Em 1835 começaram a chegar os primeiros imigrantes de origem germânica que influenciaram grandemente a cultura gasparense e impulsionaram o seu desenvolvimento econômico, e em 1875 chegaram os imigrantes de origem italiana contribuindo também com a formação cultural do gasparense. Em 1880 Blumenau foi elevada à categoria de cidade e Gaspar passou a ser seu Distrito (BAPTISTA, 1998. p.41).

Em 1930, lideranças locais mobilizaram-se, encontrando apoio nas esferas Federal e Estadual, e conquistaram a emancipação política sendo instalado o Município de Gaspar em 18 de março de 1934.

Atualmente, segundo dados do IBGE (2007), o município possui 52.428 habitantes, 79% dos domicílios estão ligados a rede de água potável, 90,6% das residências possuem serviço de coleta de lixo orgânico e 87,7% dos lares estão dotados de tratamento de esgotos por fossa séptica.

Segundo relatório do IPEA (2002), a cidade possui bons números quanto ao índice de desenvolvimento humano – IDH. O índice de educação é de 0,91 e o índice de desenvolvimento humano municipal é de 0,83, o que coloca o município na 112ª posição na classificação nacional do IDH.

A arrecadação média mensal é de R\$ 5,5 milhões e o município tem cadastrado oficialmente 22 registros de Associações de Moradores (PREFEITURA DE GASPARENSE, 2008).

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Buscando atingir os objetivos propostos para o presente estudo, diante dos dados pesquisados, esta análise procura responder em quatro momentos a estrutura existente nas associações de moradores, buscando identificar a forma de que estão organizadas e quais as práticas contábeis utilizadas.

4.1 ESTRUTURA

As organizações que compõem o terceiro setor devem utilizar de gestão administrativa suficiente para que a entidade cumpra os objetivos institucionais estabelecidos em seus estatutos.

Torna-se importante o pressuposto básico que todas estas entidades estejam legalmente constituídas em seus registros formais, como por exemplo: estatutos, atas de criação, registros no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, livro de assinaturas, atas deliberativas, etc. Nesse aspecto, 100% dos respondentes afirmaram que a associação está devidamente formalizada.

A estrutura de funcionamento de uma associação é relativamente simples, em que uma diretoria eleita pela comunidade torna-se responsável pelas diretrizes que são estabelecidas em assembleias. O órgão máximo da associação é a assembleia que se reúne periodicamente e conta como membros natos os sócios da associação. Nas assembleias são decididas questões a ser realizadas pela diretoria; é o ambiente para referendar as ações dos diretores e dos conselhos, como por exemplo, as do conselho fiscal.

Ainda se tratando da estrutura, observou-se na composição estatutária a existência de diversos cargos com suas respectivas atribuições em todas as entidades. Perguntou-se o nível de escolaridade dos atuais mandatários, em três cargos comuns encontrados na amostra pesquisada, conforme tabela 1:

Tabela 1 – Nível de escolaridade

ESCOLARIDADE	PRESIDENTE	1º SECRETÁRIO	TESOUREIRO
Primeiro grau incompleto	36%	14%	7%
Primeiro grau completo	14%	50%	29%
Segundo grau completo	36%	22%	64%
Terceiro grau completo	14%	14%	0
Pós-graduação completa	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao cargo de Presidente observa-se que não há um nível escolar com destaque, o que sugere a idéia que este cargo não necessariamente demande de um maior conhecimento escolar/acadêmico para realizar suas funções, mas, que o mesmo possua outros requisitos que o legitime como ocupante do cargo mais importante na diretoria.

Já nas funções relativas aos trabalhos de secretaria da entidade, metade do grupo pesquisado possui formação no ensino fundamental, o que leva a crer que este nível seja suficiente para realizar as atividades inerentes ao cargo. Quanto à formação escolar do tesoureiro, destaca-se o ensino médio completo, o que induz a necessidade de um maior conhecimento para o ocupante do cargo, pois sua função está diretamente relacionada aos controles bancários, de fluxo de caixa e de contabilidade em geral.

4.2 FORMA DE ATUAÇÃO

A verdadeira promoção do exercício da cidadania está diretamente relacionada ao efetivo funcionamento da associação, a participação popular nas deliberações e reivindicações

da entidade, e no envolvimento deste conjunto com as políticas públicas estabelecidas pela administração pública municipal.

Nesse sentido, questionou se os objetivos da associação, previstos nos estatutos, estão sendo realizados, quando 29% responderam sim, 21% não. Enquanto que 50% agem de forma parcial do que está previsto como objetivo principal da entidade.

Outro fato aponta que as reuniões da diretoria são realizadas com a frequência “mensal” por 50% dos respondentes, e “apenas quando necessário” pela outra metade pesquisada.

Analisando estas variáveis, observa-se que não há um rigor em seguir os ditames descritos nos estatutos, e que a constância na realização de reuniões da diretoria ao longo do mandato pode ser considerada como um reflexo da atuação regimental observada.

Uma associação de moradores está voltada à mobilização política em torno das reivindicações da comunidade. A capacidade de articulação política e os processos de mobilização envolvem várias questões, dentre elas o conhecimento da infra-estrutura existente das necessidades que o bairro possui. Neste aspecto a tabela 2 demonstra quais as principais demandas da associação junto ao poder público, enumeradas pelos respondentes por ordem de necessidade.

Tabela 2 – Principais reivindicações junto ao primeiro setor

DEMANDAS DO BAIRRO	1°	2°	3°	4°	5°	6°
Infra-estrutura (saneamento – água e esgoto)	21,5%	21,5%	21,5%	14%	21,5%	0
Infra-estrutura (qualidade das vias e seus acessos)	50%	14%	14%	8%	0	0
Educação (transporte escolar, nº vagas escolas e creches)	0	7%	7%	7%	14%	65%
Serviços de Saúde e Assistência Social	7%	14%	14%	30%	21%	14%
Segurança Pública	14%	37%	7%	21%	21%	0
Habitação e Urbanização	7%	7%	37%	7%	21%	21%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados indicam que a primeira necessidade apontada está na questão voltada à qualidade das vias públicas e seus respectivos acessos aos bairros. Tal fato é resultado da tragédia climática ocorrida em novembro de 2008 que causou sérios transtornos a infra-estrutura viária do município. Além disso, é importante relatar que praticamente todas as comunidades sofrem com problemas desta natureza pelo fato que a cidade possui uma malha viária comprometida pelo grande fluxo de veículos da região do médio Vale do Itajaí, e especialmente por ser corredor da principal rodovia de escoamento da produção econômica do Estado de Santa Catarina, a BR 470.

Questões como a “segurança pública” e “habitação/urbanização” seguem como foco das discussões das associações de moradores visto que a cidade sofreu um crescente aumento no número de habitantes, passando dos 35.614 habitantes em 1991 para 52.428 em 2007, o que gera conseqüências como a violência e o crescimento urbano desordenado.

Um dado a ser enaltecido nesta pesquisa refere-se ao item “educação” que em nenhum momento foi citado como primeira prioridade das entidades pesquisadas, e foi o que obteve o maior percentual de resposta entre todos os quesitos colocando-o no último grau de

necessidade. Isso é reflexo dos bons indicadores que o município possui quanto ao analfabetismo e o IDH, já descritos nesta pesquisa.

4.3 SUSTENTABILIDADE

Para garantirem sua existência, em termos materiais e recursos financeiros, as associações de moradores estabelecem relações com o poder local, seja desde negociações com o segundo setor até as mais frequentes junto aos órgãos da administração pública municipal. Estas articulações ocorrem de diversas formas pela busca de recursos para manter as atividades básicas essenciais ao funcionamento da entidade.

Assim, questionado se existe o recebimento recursos materiais e financeiros de terceiros para a manutenção das atividades da associação, 36 % responderam que sim e 64% que não.

Dos que responderam que há fonte de recursos de terceiros, 60% recebem doações de pessoas físicas e 40% de pessoas jurídicas. Do grupo que respondeu pela não existência do recebimento de recursos de terceiros, 94% responderam que a sua principal fonte de recursos é obtida com eventos próprios realizados na comunidade.

Isso comprova que o primeiro setor não colabora com nenhuma espécie de recursos para a efetiva manutenção das atividades das associações de moradores, e indica que o êxito do movimento e a atuação da entidade dependem em boa parte do envolvimento e o desempenho das lideranças comunitárias com a própria comunidade local para manter sua sustentabilidade.

4.4 ASPECTOS CONTÁBEIS

Buscando verificar o tratamento dado aos aspectos de contabilidade das associações, questionou-se a existência de controles financeiros/contábeis nas entidades, as quais responderam que 71% possuem algum tipo de controle, enquanto que 29% não aplicam nenhuma espécie de tratamento financeiro de seus recursos.

Do grupo que respondeu pela existência de controles contábeis, 29 % responderam que a contabilidade é terceirizada, ou seja, é realizada por escritório de serviços contábeis, enquanto que os demais 71% mantêm procedimentos próprios de contabilidade.

Diante deste fato procurou-se verificar quais as práticas contábeis realizadas pelas entidades, quer seja de forma própria ou terceirizada, demonstrado na tabela 3.

Tabela 3 – Práticas contábeis

TIPOS DE CONTROLE	% QUE UTILIZAM
Controle de fluxo de caixa (anotações em livro caixa)	100%
Prestação de contas de eventos realizados e/ou recursos recebidos	64%
Conciliação da conta bancária	57%
Informações a SRF (DIPIJ, DIRF, DCTF, DACON) e ao MTE (RAIS, GFIP, CAGED)	36%
Escrituração contábil formal e integral	36%

Fonte: Dados da pesquisa.

Das respostas obtidas pelos respondentes, observa-se a baixa importância disposta a aplicação integral dos serviços de contabilidade nas associações de moradores. Porém, verifica-se um efetivo interesse em manter seus controles financeiros próprios na forma de livro de caixa e de sua conta bancária.

Destaca-se também o interesse na prestação de contas da entidade, não apenas quanto ao recebimento dos recursos, mas também sua aplicação e os resultados obtidos em seus eventos. Com isso, é possível demonstrar aos colaboradores e à sociedade não apenas a origem dos recursos, mas também a forma como o dinheiro foi aplicado e qual o benefício social gerado.

De forma geral, as entidades estão preocupadas em manter seus controles, de forma simples ou de forma profissional, pois 71% das associações buscam proporcionar alguma clareza aos números para o público interessado e na prestação das obrigações acessórias aos órgãos federais.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo identificar a estrutura e as práticas contábeis utilizadas pelas associações de moradores.

Demonstrou-se que a estrutura organizacional das entidades estudadas apresenta uma complexidade razoável, em que, de um lado apresentam características burocráticas importantes para o seu funcionamento – a institucionalização formal da entidade, os registros legais, a frequência de realização das assembleias, nível de escolaridade das lideranças, o envolvimento das atividades com o poder público local, o que as diferenciam das outras associações voluntárias geridas de maneira desarticulada e informal.

Mas, por outro lado percebem-se distorções na compreensão das finalidades dessas organizações que ainda pecam por gestões amadoras confundindo políticas públicas como benemerência.

Apesar de amplos, os objetivos das associações de moradores resumem-se na defesa dos interesses dos moradores que, na prática, limitam-se aos interesses territoriais traduzidos na defesa do hábitat, na busca de melhores serviços públicos e na reivindicação de serviços de infra-estrutura urbana junto aos governos.

Dentro de suas limitações de organização e de atuação, estas entidades do terceiro setor não possuem um conceito de menor utilidade ou de utilidade comprometida, ao contrário, elas adquirem consistência ao tornar-se legítimas representantes da comunidade.

Destaca-se que as associações estão inseridas numa complexa rede de relações na estrutura do poder público local que transforma suas ações, especialmente as de caráter reivindicatório, como parte de um conjunto maior que se pode denominar “política local”. Estas ações ganham maior significado com a participação na compreensão e participação no processo de políticas públicas da qual o movimento associativo faça parte.

Quanto à sustentabilidade, pode-se afirmar que esta não se limita à capacidade de captação dos recursos de que uma associação de moradores necessita para manter suas atividades básicas, mas também no seu emprego de maneira eficiente, visando maximizar os objetivos pretendidos e garantir que a organização terá sua continuidade.

Outro fato apontado na pesquisa refere-se às práticas contábeis utilizadas. Restou demonstrado que a contabilidade é vista como uma mera ferramenta de prestação de informações as esferas governamentais, não sendo utilizada como instrumento capaz de

proporcionar informações importantes à continuidade dessas organizações, o que tornaria um campo fértil para ação frente à demanda por informações que meçam seu desempenho e auxiliem no controle e no planejamento de suas atividades.

Os quatro principais aspectos desenvolvidos na gestão destas entidades – estrutura, forma de atuação, sustentabilidade e aspectos contábeis - representam um norte para a criação de um campo de conhecimento específico voltado à administração de organizações sem fins lucrativos.

Aperfeiçoar essas organizações nestas quatro dimensões é fundamental para o desenvolvimento do terceiro setor, para que este seja capaz de se relacionar com as instituições públicas, privadas e com a sociedade civil, visando prover com bens de efetivo valor à sociedade, conciliar sua autonomia com mobilização de recursos e fazer frente a problemas públicos.

Como sugestão de pesquisa, sugere-se a aplicação de estudo similar junto a outras entidades do terceiro setor que possuem fortes características comunitárias, de solidarismo e de voluntarismo, como por exemplo, as associações de amigos dos excepcionais (APAE), e em organizações não governamentais de defesa do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Osório Cavalcanti. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2006.

BAPTISTA, Leda Maria. **Simplesmente Gaspar**. Gaspar: Nova Letra, 1998.

BARBOZA, Carlos Alberto Cinelli Barretto. **Uma proposta de indicadores – financeiros e sociais – para decisão de investimentos em projetos de organizações do terceiro setor**. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/tcc/trabalhos/TCC_Carlos%20Barboza.pdf>. Acesso em: 02 maio 2009.

BENÍCIO, João. **Contabilidade, transparência e sustentabilidade**: a importância da evidenciação de práticas que geram resultados positivos. Disponível em:<<http://integracao.fgvsp.br/ano8/02/opiniaio.htm>> Acesso em: 14 mar 2009.

BNDES. **Terceiro setor e desenvolvimento social**. Relato Setorial n. 3. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/tsetor.pdf>>. Acesso em: 15 abr 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 1992.

CRUZ, Célia Meirelles. ESTRAVIZ, Marcelo. **Captação de recursos para organizações sem fins lucrativos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2003.

DROPA, Romualdo Flávio. **Transparência e fiscalização na administração pública**. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/artigos/2003/romualdoflaviodropa/transparencia.htm>>. Acesso em: 14 mar 2009.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **A teoria dos movimentos sociais em debate**. Revista de Serviço Social. Revista de Serviço Social v.1. n.º1. Juiz de Fora: Revista de Serviço Social da UFJF, 2001.

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Disponível em: <http://www.rits.org.br/estudos_teste/ce_testes/ce_istr.cfm>. Acesso em: 07 abr 2009.

FERNANDES, Rubem César. Privado Porém Público: *O Terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Soberania popular como procedimento**: um conceito normativo de espaço público. São Paulo: Cebrap, 1990.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 14 abr 2009.

IPEA. Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dados de indicadores sociais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 01 maio 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MELO, Anamélia Calavanti C. de. **Indicadores de desempenho econômico como instrumento de gestão das entidades do terceiro setor**: um estudo das organizações da sociedade civil de interesse público do Estado da Paraíba. João Pessoa, 2008. 99 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba.

OLAK, Paulo Arnaldo. NASCIMENTO, Diodo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos** (terceiro setor). São Paulo: Atlas, 2007.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

PEREZ, Clotilde. JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Voluntariado e a gestão das políticas sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL GASPAR. **Relatório Técnico Municipal 2008**. Gaspar, 2008.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **Demandas sociais versus crise de financiamento**: o papel do terceiro setor no Brasil. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, set/out 1998.

SANTOS, Patrícia Cardoso dos; SILVA, Maria Edna Manguêira da. **O papel da contabilidade na busca pela sustentabilidade do terceiro setor**. CFC. Revista Brasileira de Contabilidade. n°170. mar/abr 2008.

SCHMIDT, João Pedro; CAMPIS, Luiz Augusto Costa a. **As instituições comunitárias e novo marco jurídico do público não-estatal**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2004.

VILANOVA, Regina Célia Nascimento. **Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor**: uma abordagem da

gestão econômica. São Paulo, 2004. 167 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.